



Número: **0818776-76.2016.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO SUMÁRIO**

Órgão julgador: **13ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **20/04/2016**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO DIAS DE ALMEIDA (AUTOR)		DOMINGOS SAVIO BREGALDA GUSSEN (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
3541907	20/04/2016 12:14	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
3541920	20/04/2016 12:14	<a href="#">INICIAL</a>	Memorial
3541921	20/04/2016 12:14	<a href="#">PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO</a>	Procuração
3541922	20/04/2016 12:14	<a href="#">DOCS PESSOAIS</a>	Documento de Identificação
3541924	20/04/2016 12:14	<a href="#">DECLARAÇÃO</a>	Outros Documentos
3541933	20/04/2016 12:14	<a href="#">DOCS DIVERSOS</a>	Outros Documentos
11540967	06/12/2017 17:53	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

ARQUIVOS EM FORMATO PDF



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE JOAO PESSOA – ESTADO DA PARAÍBA –PB.**

**FRANCISCO DIAS DE ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do documento de identificação RG/SSP/PB-912.576 e com inscrição no CPF 467.495.004-04 filiação: Espedito Dias de Franca e de Edivan de Almeida Dias, residente e domiciliado na Rua Francisco Cartaxo de Sá n°. 09, Jardim Santana, Sousa – PB, CEP 58.803-290, vem por meio de seu advogado, infra-assinado, propor

**ACÃO PELO RITO ORDINÁRIO DE  
COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO  
DE DANOS PESSOAIS DPVAT**

em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua João Bernardo de Albuquerque n°. 62 sala 105, Tambiá, João Pessoa - PB. CEP 58.020-565, pelas razões de fato e de direito que passam a expor:

**DAS PRELIMINARES**

**I - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

Inicialmente, a parte autora solicita a V.Ex<sup>a</sup> se digne a deferir a Gratuidade de Justiça, na forma do art. 4º, da Lei n.º 1.060/50, segundo redação ministrada pela Lei n.º 7.510/86, eis que não possui condição financeira para arcar com o ônus da presente demanda, sem que tal dispêndio traga, para si e sua família, prejuízo de subsistência.

*Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.  
Av. Rio Branco 257, sala 1.806, Centro, Rio de Janeiro – RJ. Tel. (21)2217-8787*



## **II- DA MUDANÇA DO RITO SUMARIO PARA O RITO ORDINÁRIO:**

Como é sabido, a matéria em discussão em razão do valor da causa, levava à adoção do rito SUMÁRIO.

Por outro lado, a **prática** nos processos de cobrança de seguro DPVAT, **conduz à conclusão da inutilidade da referida audiência de conciliação do rito Sumário**, haja vista que a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e o conglomerado de Seguradoras que fazem parte do consórcio, não conciliam nesta fase processual, principalmente em razão da necessidade da produção da prova pericial médica.

Sensível a esta realidade, muitos Magistrados, ao despachar a inicial, convalidam o rito para ordinário, exatamente para atender ao princípio da **celeridade processual**, bem como para descongestionar a pauta de audiência do Juízo. Ainda, dada **necessidade de prova complexa**, haverá possibilidade de dilação probatória.

Muito embora a parte autora tenha sempre o interesse em conciliar, no caso concreto, como a experiência demonstra, a seguradora ré, jamais conciliou, o que tornou inócua as audiências de conciliação previstas no código anterior. Por isso, na forma do parágrafo 5º do artigo 334 do novo CPC, a parte autora declara seu desinteresse na designação de audiência com a finalidade de conciliação ou mediação.

### **DOS FATOS**

Consoante comprova a inclusa documentação, a parte autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 08 de julho de 2015, **O QUE LHE CAUSOU POLITRAUMATISMOS, LESÃO E TRAUMA EM MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, LESÃO E TRAUMA E JOELHO ESQUERDO, ACARRETANDO-LHE SEQUELAS PERMANENTES**, como demonstra a documentação médica em anexo.

Registre-se que a parte autora postulou administrativamente o recebimento do seguro DPVAT, obtendo pagamento parcial, em 05.11.2015, no valor de **R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta reais)**, restando à parte autora o direito ao recebimento da diferença no valor de **R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**.

Consubstanciado a isso e pela análise das provas, não há dúvida quanto ao fato, bem como suas consequências e o nexo causal que as une, pois está documentalmente provada a lesão sofrida e a sua extensão. Outrossim **o pagamento administrativo vale como confissão tácita dos fatos e do direito** do requerente face ao Seguro, relevando assim o **nexo causal do conflito**.

### **DO DIREITO**

#### **I. DA POSSIBILIDADE DO PEDIDO DA DIFERENÇA PAGA PELO SEGURO DPVAT**

A questão vertente exige a exegese da norma constante dos art. 3º e 5º da Lei 6.194/74, com as atualizações da Lei 11945/09, pelo qual se depreende de modo inequívoco, que havendo **INVALIDEZ PERMANENTE**, o valor da indenização deve ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a ser paga

*Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.  
Av. Rio Branco 257, sala 1.806, Centro, Rio de Janeiro – RJ. Tel. (21)2217-8787*



de acordo com o real grau de invalidez da vítima, que deverá ser aferido através de perícia médica, que ora requer a parte autora.

Dessa forma, restando comprovado o acidente de trânsito e as seqüelas oriundas deste, faz jus a parte autora ao recebimento do SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ, NO VALOR DE ATÉ R\$ 13.500,00.

## **II- DA INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA A APRESENTAÇÃO DE LAUDO DO IML COM A PETIÇÃO INICIAL – INSTRUÇÃO PROBATÓRIA**

A fim de garantir o princípio da celeridade processual, vale-nos ressaltar, de antemão, que a Lei nº 6.194 NÃO atribuiu ao laudo do Instituto Médico Legal (IML) o caráter de documento indispensável à propositura da ação de cobrança do seguro DPVAT nos casos de invalidez. Segundo o normatizado em seu no Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado *mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*

A toda prova, tal verificação pode ser feita por perícia médica a ser realizada na fase de instrução. Na verdade, os documentos indispensáveis de que trata o art. 283 do Código de Processo Civil devem ser entendidos apenas como aqueles necessários para que a ação possa validamente ser proposta, sob o aspecto formal, não se confundindo a com a atividade probatória, voltada a prova dos fatos alegados, que é atinente ao aspecto material.

## **DO PEDIDO**

Face ao exposto, a parte autora requer o que segue, em apelo para a entrega da prestação Jurisdicional da seguinte forma:

- a) **Seja concedido as benesses da Justiça Gratuita.**
- b) **Seja recebido o presente pelo RITO ORDINÁRIO.**
- c) **Determine a citação da seguradora-ré, para, querendo, responder aos termos da presente, sob pena de revelia e confissão, e ad cautelam, caso não recebido pelo rito requerido, na forma do artigo 334 do parágrafo 4º, II e parágrafo 5º do NCPC, a parte autora, declara seu desinteresse na designação de audiência, com a finalidade de conciliação ou mediação, e que, após análise dos requisitos e pressupostos processuais seja marcada a perícia médica, visando os princípios da celeridade processual e duração razoável do processo;**
- d) **Seja deferido o pedido de PROVA PERICIAL MÉDICA.**
- e) **seja a ré CONDENADA ao a pagar o valor de até R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), corrigida monetariamente e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da data do evento danoso.**

Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.  
Av. Rio Branco 257, sala 1.806, Centro, Rio de Janeiro – RJ. Tel. (21)2217-8787



**f) seja a ré, ainda, CONDENADA ao pagamento das custas processuais e juros, onde couber, bem como em honorários advocatícios em valor não inferior a 20% sobre o valor da condenação.**

### **DO VALOR DA CAUSA**

Dá-se à causa o valor de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

### **DAS PROVAS**

Requer a parte autora, **notadamente, a PROVA PERICIAL MÉDICA, imprescindível ao desfecho da lide**, e ainda todas demais em direito admitidas, em especial, prova documental superveniente, se necessário for.

### **DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES**

Por fim, o autor informa que receberá todas as intimações referentes a este processo no endereço: Rua Miguel Couto n°. 251, Edifício Vina Del Mar 7º Andar, Sala 705, Centro, João Pessoa - PB, e, requer ainda, que todas as publicações sejam efetuadas exclusivamente em nome do advogado Dr. Domingos Sávio Bregalda Gussen, OAB/RJ 127.405, sob pena de nulidade, esperando deferimento.

Pede Deferimento.

João Pessoa, 01 de fevereiro de 2016.

Domingos Sávio Bregalda Gussen  
OAB/RJ 127.405

Phillip Erbe Pimentel  
OAB/RJ165.795-E

Quesitos da parte autora:

- a) A parte autora sofreu algum(s) tipo(s) de fratura?
- b) Em caso positivo, queira informar se desta(s) gerou debilidade permanente?
- c) Apresenta limitação dos movimentos do(s) membro(s) fraturado(s)?
- d) Apresenta limitação funcional do(s) membro(s) afetado(s)?
- e) Sofreu debilidade permanente? Sofreu deformidade permanente?
- f) A parte autora sofreu incapacidade para o trabalho?
- g) Queira o i. *expert* acrescentar o que entender devido.

*Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.  
Av. Rio Branco 257, sala 1.806, Centro, Rio de Janeiro – RJ. Tel. (21)2217-8787*



**PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA**

**Outorgante(s):**

FRANCISCO DAS NEVES brasileiro(a),  
estado civil: SOLTEIRO, profissão: PROFESSOR,  
documento de identificação: 912.576,  
CPF: 467.495.004-04, Endereço: RUA FRANCISCO  
CARTAXO DE SA - 09,  
Cidade: SUSA, Estado PB,  
CEP: \_\_\_\_\_

**Outorgado (s):**

**JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA**, advogado, inscrito na OAB/RJ nº 57069 com escritório profissional na Avenida Miguel Couto 251, sala 605, Centro, CEP: 58.010-770, João Pessoa - PB.

**Poderes:**

Os da cláusula *ad judicium et extra*, inclusive com os especiais poderes para patrocinar, defender, em todos os seus termos, atos e incidentes, os direitos e interesses do (a) outorgante, em qualquer processo, ação ou medida em que o mesmo seja parte autora, ré, oponente ou assistente. Conferindo para tanto, o poder geral para o foro, conforme dispõe o artigo 28 do CPC, podendo ainda requerer, alegar, assinar, quando mister, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito que se funda a ação, receber e dar quitação em juízo ou fora dele, firmar compromisso, levantar importância em juízo ou fora dele, endossar cheques, recorrer de despachos e sentença, arrolar e inquirir testemunhas, juntar documentos, apelar para instâncias superiores, fazer acordos, enfim, praticar todos os demais atos necessários e em direito admissíveis, inclusive o de substabelecer, **especialmente para atuar em AÇÃO DE COBRANÇA em virtude do acidente de trânsito experimentado pelo (a) outorgante e em razão das lesões por ele (a) sofridas.**

\_\_\_\_\_, 04 de Janeiro de 2016

Francisco das Neves  
**OUTORGANTE**



## **SUBSTABELECIMENTO**

**EU, DR. JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 57.069, com escritório estabelecido na Avenida Rio Branco nº. 257 sala 1.806, Centro, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20.040-009, SUBSTABELEÇO SEM RESERVAS, os poderes a mim conferidos por FRANCISCO DIAS DE ALMEIDA, ao advogado DR. DOMINGOS SÁVIO BREGALDA GUSSEN OAB/RJ 127.405 com escritório estabelecido na Avenida Rio Branco nº. 257, sala 1.806, Centro – Rio de Janeiro – RJ, para que o substabelecimento produza seus devidos e legais efeitos.**

João Pessoa, 01 de fevereiro de 2016.

**Jose Orisvaldo Brito da Silva  
OAB/RJ 57.069**





VALIDA EM TODAS  
 6 TENTATIVAS MENSUAIS  
 356905900

NOME  
**FRANCISCO DIAS DE ALMEIDA**

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR DE  
 912578 SSP

CPF  
 467.495.004-04

DATA NASCIMENTO  
 05/12/1963

FILIAÇÃO  
 ESPEDITO DIAS DE  
 FRANCA  
 EDVAN DE ALMEIDA DIAS

PERMISSÃO  
 AB

ACC  
 AB

CATEGORIA  
 AB

Nº REGISTRO  
 03569897106

VALIDADE  
 24/11/2015

1ª VALIDADE  
 20/09/1988

ASSINATURA DO PORTADOR  
*Francisco Dias de Almeida*

LOCAL  
 SOUSA, PB

DATA EMISSÃO  
 07/02/2011

ASSINATURA DO EMISSOR  
*Roberto Carneiro*

24065152554  
 PB021275602

PROIBIDO PLASTIFICAR  
 356905900



**BRASIL**

**Acesso à Informação - Barra GovBr**



**Ministério da Fazenda**

**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**Comprovante de Situação Cadastral no CPF**

Nº do CPF: **467.495.004-04**

Nome da Pessoa Física: **FRANCISCO DIAS DE ALMEIDA**

Data de Nascimento: **05/12/1963**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **15:52:39** do dia **14/04/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **0C98.A363.7BEA.53AB**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).  
(<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/cpf/CPFautentic.asp>)



FRANCISCO DIAS DE ALMEIDA  
RUA FRANCISCO CARTAXO DE SA, 9 - JO SANTANA  
SOUZA / PB CEP 58803280 (AG 177)

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO  
Roteiro 3 - 177 - 85 - 1340  
Nº medidor 00001563384

Referência: Jul / 2015  
Emissão 07/07/2015

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Km 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
CNPJ 09.056.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.923-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000 152 138  
Código para Débito Automático: 00000017038

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

d5e5 3364 3a5b acd9 c8d8 31e9 f6c7 910d

Conta referente a **CDC (Código do Consumidor): 5/1703-8**

Jul / 2015

Canal de contato

\*TRABALHO INFANTIL, DEIXAR DE ESTUDAR É UM DOS  
RISCOS\*

Apresentação

07/07/2015

Data prevista da  
próxima leitura

07/08/2015

CPF/ CNPJ/ RANI  
46749500404

Cálculo de consumo

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
08/06/15	9000	07/07/15	9061	1
Faturas em atraso				
FATURAS VENCIDAS ATÉ O DIA 02/07/2015 PAGAS OBRIGADO!				
Demonstrativo				
Descrição		Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh		61	0,37958	23,16
Adic. B. Vermelha				3,35
IMPOSTOS E ENCARGOS				0,47
PIS				2,18
COFINS				9,71
ICMS (Base de Cálculo R\$ 38,94   Alíquota 25,00%)				

#### Histórico de Consumo (kWh)

Jun/15	86
Mai/15	77
Abr/15	73
Mar/15	88
Fev/15	81
Jan/15	102
Dez/14	112
Nov/14	119
Out/14	80
Set/14	86
Ago/14	48
Jul/14	85

Média dos últimos meses  
81 kWh

VENCIMENTO  
14/07/2015

TOTAL A PAGAR  
R\$ 38,84

#### Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	7,70	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	15,32	
DIC ANUAL	30,65	CONTRATADA 201
FIC MENSAL	9,90	
FIC TRIMESTRAL	17,72	LIMITE SUPERIOR 231
FIC ANUAL	15,45	
DMIC	4,31	
DICRI	12,22	

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/PB	10,46	26,94
Compra de Energia	12,81	32,98
Serviço de Transmissão	0,89	2,29
Encargos Setoriais	2,34	6,02
Impostos Diretos e Encargos	12,34	31,77
Outros Serviços	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>38,84</b>	<b>100,00</b>

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição  
(Rat. 5/2015) R\$ 16,60

ATENÇÃO

- Leitura confirmada



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

\_\_\_\_\_  
FRANCISCO DIAS DE ALMEIDA brasileiro(a), estado  
civil: SOLTEIRO, profissão: AGRICULTOR,  
documento de identificação: 912.576,  
CPF: 067.495.004-06, Endereço: RUA FRANCIS-  
CO CARTÃO DE SA-09,  
Cidade: SALGUSA, Estado PE,  
CEP: \_\_\_\_\_

**DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins de prova junto ao Juízo Cível, e a quem por competente distribuição couber o julgamento da lide, **que não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, estando nas exatas condições da Lei nº 1.060/50**, carecendo, pois, dos auspícios da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA** em **AÇÃO DE COBRANÇA** a ser proposta contra quem de direito, em razão de acidente de trânsito sofrido pelo(a) declarante.

Não serão cobrados honorários advocatícios nesta oportunidade, ressalvando-se o direito em caso de mudança na situação econômica do declarante.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade acerca da declaração prestada.

\_\_\_\_\_, 04 de junho de 2016

Francisco Dias de Almeida

**DECLARANTE**







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL  
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL - PATOS/PB  
19ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL - SOUSA/PB  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CRUZ/PB

## **BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº538/2015**

**Versando Sobre:** *Acidente de Trânsito;*

**Local do Ocorrido:** *Bairro da Estação, Próximo ao Varejão, Sousa-PB.*

**Data e Hora do Fato;** *08.07.2015, por volta das 14:h,00:min.*

**Data em que a Delegacia tomou conhecimento:** *05/08/2015.*

**O(A) Comunicante:** FRANCISCO DIAS DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, agricultor, com 51 anos de idade, filho de Espedito Dias de França e de Edivan de Almeida Dias, portador do RG nº 912576-SSP/PB, CPF nº 467495004-04, residente na Rua Francisco Cartaxo Correa de Sá, nº 01, Bairro Jardim Santana, Sousa-PB.

**Vítima:** O Comunicante.

**HISTÓRICOS:** O comunicante compareceu a esta DP munido de documentos médicos hospitalares para registrar que no dia 08 de julho de 2015, sofreu um acidente de trânsito no Bairro da Estação, Sousa-PB, Próximo ao Varejão, quando transitava da Cidade de Marizópolis, sentido sua residência na Cidade de Sousa, pilotando a MOTO HONDA/CG 125 TITAN KSE, COR VERDE, ANO E MODELO 2003/2004, PLACA MMQ8911/PB, CHASSI 9C2JC30214R624161, licenciada em nome de Antonio Maria de Andrade Sousa e ao chegar ao local acima descrito, perdeu o controle da motocicleta, vindo a cair, sofrendo trauma no joelho esquerdo, que foi para sua residência e em seguida para o Hospital Regional de Sousa, onde recebeu atendimento médico.

O(a) Comunicante está cientificada das imputações culminadas nos Artigos 299 e 340 do CPB - Falso Testemunho e Comunicação Falsa de Crime.

**Autoridade Policial:** Dr. Vicente Honorio Filho.

**Providências Adotada:** Lavratura do BO.

**Comunicante:** *Francisco Dias de Almeida*

OSMARINO SOUTO MUNIZ  
ESCRIVÃO AD-HOC  
MAT 603780-1



Assinado eletronicamente por: DOMINGOS SAVIO BREGALDA GUSSEN - 20/04/2016 12:14:36  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16042012135625300000003493568>  
 Número do documento: 16042012135625300000003493568

-----  
**COBERTURA** Invalidez  
**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** Sabemi Seguradora S/A  
**BENEFICIÁRIO** FRANCISCO DIAS DE ALMEIDA  
**CPF/CNPJ:** 46749500404

**Posição em 11-11-2015 09:03:42**

Pagamento creditado conforme dados bancários informados na autorização de pagamento assinada pelo beneficiário.

<b>Data do Pagamento</b>	<b>Valor da Indenizacao</b>	<b>Juros e Correção</b>	<b>Valor Total</b>
05/11/2015	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

Acessibilidade

☐ A+ ☐ A- ☐

[Tradução em Libras](#)

[Leitura de Páginas](#)

[Atalhos de teclado](#)

[Acessibilidade](#)

Como dar entrada

- [Como dar entrada - Dicas importantes](#)
- [Documentos despesas médicas](#)
- [Documentos invalidez permanente](#)
- [Documentos morte](#)
- [Onde dar entrada](#)
- [Dicas indispensáveis](#)

Pague seguro

- [Como pagar](#)
- [Consulta a pagamentos efetuados](#)
- [Informações gerais](#)

Acompanhe o Processo

- [Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.](#)
- [Mapa do Site](#)
- [Dicionário do DPVAT](#)
- [Imprensa](#)
- [Outros serviços](#)
- [Blog Viver Seguro no Trânsito](#)





[Ir para conteúdo principal](#) [Ir para menu principal](#)



## **Seguro DPVAT, administrado pela Seguradora Líder-DPVAT**

**– Site Oficial –**

[Assista ao vídeo da Líder](#)

- [Home](#)
- [Seguradora  
Líder-DPVAT](#)
- [Pontos de  
Atendimento](#)
- [Fraude é crime  
Denuncie aqui](#)
- [SAC  
0800 0221204](#)
- [Auto  
Atendimento](#)
- [Ouvidoria](#)
- [Email](#)
- [Chat](#)
- [Facebook](#)
- [Twitter](#)
- [YouTube](#)

Início do conteúdo

## **Acompanhe o processo de indenização**

[voltar](#)

**Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de até 30 dias a contar da data da entrega da documentação completa.**

nova consulta

### **SINISTRO 3150877764 - Resultado de consulta por beneficiário**



Vistos, etc...

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, onde a parte autora pleiteia o pagamento da complementação atinente a dito seguro.

Na conformidade da nova sistemática do CPC, sabe-se que, em seu art. 334, há determinação expressa para designação de audiência prévia de conciliação/mediação antes da apresentação de defesa do réu, no intuito de tentar promover a composição amigável entre as partes. Tal norma admite apenas duas hipóteses de exceção, a saber: havendo manifestação de vontade de ambas as partes pela não realização da audiência e quando o feito não admitir composição.

Em demandas desta natureza, apesar deste Juízo já ter determinado a designação de diversas audiências, as seguradoras, de forma reiterada, afirmam acerca da inviabilidade de qualquer acordo antes da realização da prova técnica.

Desta feita, diante da necessidade de prévia perícia médica, infrutífera será qualquer tentativa de acordo antes da prova técnica.

Assim, pelas razões expostas, deixo de aprazar audiência de conciliação prévia.

Cite-se a parte ré, para, no prazo de 15 dias, querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia.

Defiro a gratuidade judiciária requerida.

Certifique-se a Escrivania se existe ação semelhante ajuizada pela parte autora, em tramitação ou já arquivada.

P.I.

João Pessoa, data eletrônica.

DANIELA FALCÃO AZEVEDO

Juíza de Direito

